

Editorial: XII Convenção do Bloco: a escolha é tua.

Como sempre, a XII Convenção do Bloco de Esquerda deve afirmar a escolha coletiva de uma direção e um programa para as lutas dos próximos dois anos. Como terceira força política nacional, o Bloco é hoje a referência popular e socialista para as transformações necessárias na resposta à crise e na superação das desigualdades e atrasos. A Convenção é o momento de fazer valer a democracia dessas escolhas, olhando para o futuro.

O processo da Convenção decorre, sem dúvida, num tempo singular. O desconfinamento em Portugal é ensombrado pela subida de novos casos no resto da Europa enquanto persistem os impasses de um plano de vacinação bloqueado pelos interesses privados. Foi por isso sensata a decisão da Mesa Nacional, tomada sem oposição a 6 de março, em reduzir o universo de participantes da Convenção por razões de proteção sanitária, assegurando a proporcionalidade das vozes e representações. Projetar para meados de maio a presença de perto de mil pessoas num espaço fechado não seria compreensível quando o país cumpre restrições.

Registadas as continuidades de plataformas locais apresentadas como moções e de moções que repetem o calendário a cada dois anos, salta à vista uma moção que promete um ajuste de contas com o passado. A moção E, “Enfrentar o empobrecimento, polarizar à esquerda”, animada pela plataforma Convergência (já sem uma parte dos seus membros, que subscrevem a moção N), começa por afirmar que “o apoio parlamentar a um Governo minoritário do PS (2015-2019) justificou-se para a reposição dos direitos retirados pelos cortes da troika, impedindo que PSD e CDS voltassem a formar governo” mas que “no caminho até à disputa eleitoral de 2019, o PS tinha de ser confrontado com um novo caderno de encargos” pois “sem essa confrontação política, nas eleições legislativas de 2019 o PS capitalizou a mensagem da estabilidade”.

Ignoremos por momentos a lógica da ideia, a que nos propõe que ao Bloco, que manteve o número de deputados, deve ser assacada a responsabilidade pela

redução de votos à esquerda, quando foi o PCP que perdeu. Ora, terá faltado à esquerda capacidade de pressão em 2018 e 2019? Terá faltado confrontação nas eleições de 2019, quando impedimos o PS de ter maioria absoluta? Fragilizou a luta dos trabalhadores precários a afirmação do Bloco pelo cumprimento do PREVPAP? Desprotegeu-se quem menos tem ao acabar-se com a vergonha do corte de 10% no subsídio de desemprego de longa duração? Alguma destas medidas deixou de lado os conflitos estruturais quanto à banca, as leis laborais, a emergência climática? Deveria a esquerda estender o tapete aos esforços da dramatização do PS na busca da maioria absoluta? Percebe-se bem porque é que os autores desta ideia se esqueceram de a propor em 2017 ou na Convenção de 2018, quando o Bloco poderia ter escolhido provocar eleições antecipadas para dar a maioria absoluta ao PS, como agora sugerem.

A Convenção do Bloco não é um ajuste de contas com o passado. É o momento de repensar a organização para o que importa, nas lutas de base, no alargamento da militância, no acolhimento de centenas de novos aderentes. Fazer escolhas com a exigência, conhecimento e competência necessárias na resposta às crises que enfrentamos. E escolher quem dirige o partido. Como afirma a Moção A, “No âmago dos movimentos populares pelo Pão e pelo Clima só uma perspetiva socialista concilia o ecossistema e o trabalho libertado da exploração. A solidariedade humana é a medida do internacionalismo que enfrenta as disputas imperiais. Com frequência, procura contrapor-se a luta pela democracia a uma pretensa inoportunidade da luta socialista. Mas é a luta radical pela democracia que aponta à possibilidade e à urgência do socialismo.”